

1

O cenário mundial e o relacionamento União Europeia-Mercosul

Nesta sessão de abertura do VI Forum Euro-Latino Americano vou explorar as notas do quadro geral de vida mundial dentro do qual se insere a temática de nossa reunião. Espero que desta maneira a minha intervenção possa instigar um diálogo sobre o alcance maior de que se reveste uma cooperação construtiva entre a União Europeia e o Mercosul – expressões do regionalismo que reúnem países e sociedades que, no campo dos valores, compartilham afinidades importantes quanto às formas de conceber a vida e o mundo.

O século XX foi um século curto, assinalado por extremos, como apontou Hobsbawn. O seu termo final foi a queda do muro de Berlim e a subsequente desagregação da URSS, eventos que representaram o fim do paradigma de funcionamento do sistema internacional, que se configurou no pós Segunda Guerra Mundial. Com efeito, as polaridades definidas Leste/Oeste, Norte/Sul, dissolveram-se e liberaram em escala planetária as «forças profundas» de duas lógicas contraditórias e complementares: a da globalização e a da fragmentação.

A lógica da globalização viu-se acelerada e sustentada pelas inovações científico-tecnológicas. Estas reduziram os custos dos transportes e das comunicações; permitiram desagregar cadeias produtivas e descentralizar serviços; diluíram o significado das fronteiras e «internalizaram» o mundo na vida cotidiana dos países. Os espaços se encurtaram; o tempo se fez vertiginoso e as relações interestatais diminuíram de importância. Tornaram-se cada vez mais complexas as redes de interação – governamentais e não governamentais, públicas e privadas – que passaram a reger a estruturação e a dinâmica do sistema internacional.

A técnica não faz a História, como lembra Raymond Aron, mas transforma os meios e instrumentos da convivência humana. As transformações na convivência humana, aceleradas pela lógica da globalização, proporcionam oportunidades e promovem riscos. Os riscos nem sempre podem ser avaliados com o rigor prudente do cálculo das probabilidades e as incertezas dos processos de mudança vêm levando diferentes atores sociais, no espaço aberto pela *media*, pela atuação das ONG e pela presença da sociedade civil, a uma «teatralização» dos riscos da globalização. Foi o que se viu recentemente em Seattle, na reunião ministerial da OMC. Para a «teatralização» dos riscos contribui a percepção generalizada da existência de um «défice» de governança do mundo. Este «défice» traz à tona as discontinuidades prevaletentes no sistema internacional. Entre elas cabe destacar os impactos assimétricos da globalização que vem aprofundando a desigualdade em escala planetária e mantendo, por isso mesmo, na agenda, a problemática Norte/Sul. Tudo isso é parte dos dados que explicam a lógica da fragmentação, questionadora da atual integração do espaço mundial.

A lógica da fragmentação, que passa pela sublevação dos particularismos, pela secessão de Estados, pela desconfiança em relação às multinacionais, aos técnicos e aos políticos, tem como um de seus componentes a afirmação das identidades nacionais. Esta afirmação lastreia-se no fato que a globalização não eliminou, muito pelo contrário, a importância dos Estados e das nações na dinâmica da vida internacional. Com efeito, as expectativas e o bem estar da imensa maioria dos seres humanos segue intimamente vinculada ao desempenho dos países em que vivem. Por isso, no mundo contemporâneo, as nações e os Estados que as representam, são e permanecem sendo indispensáveis instâncias públicas de intermediação. No plano externo esta intermediação parte de uma visão assinaladora de especificidades. Entre elas cabe destacar a localização geográfica, a experiência histórica, o código da língua e da cultura, o repertório dos conhecimentos, a estrutura produtiva, o nível de desenvolvimento e os dados da estratificação social.

Estas especificidades configuram o pluralismo do mundo e explicam a perspectiva organizadora e a latitude da inserção de um país no sistema internacional. É por este motivo, como diria Ortega y Gasset, que a política externa é naturalmente a expressão do ponto de vista de um país sobre o mundo e o seu funcionamento. É a partir de sua perspectiva que cada Estado busca, ao mesmo tempo,

preservar a sua identidade nacional e valer-se das oportunidades oferecidas pelas tendências globais e regionais para manter e aprimorar a capacidade de uma sociedade de reger o seu destino. É neste contexto que se coloca o regionalismo, de que a União Européia e o Mercosul são expressões, expressões que levam em conta a importância econômica da escala e a política do *soft-power* de credibilidade de processos consensuais de integração no mundo contemporâneo.

Quem olha o mundo e o seu funcionamento na perspectiva do Brasil dá-se conta que a interação entre uma lógica integradora do espaço mundial e uma dinâmica contestadora desta lógica, tem muito a ver com o que o presidente Fernando Henrique Cardoso denomina uma globalização assimétrica e não solidária. Esta globalização, por isso mesmo, se vê permeada por instabilidades econômico-financeiras e por novos riscos em matéria de segurança, distintos dos que prevaleceram na vigência da Guerra Fria, como bem sabem os Europeus, sempre próximos dos focos de tensão que estão no centro da vida internacional.

Estas discontinuidades se vêm exacerbadas pela percepção de que, no campo dos valores, a lógica da globalização promoveu apenas o que Walzer qualifica de *thin morality*. Esta «moralidade rala» abre um espaço muito limitado para um discurso e um agir comunicativo, inspirado por uma kantiana «razão abrangente» da humanidade e voltada para «interesses gerais», à maneira de Habermas. Num certo sentido pode-se dizer que no sistema internacional, o término da confrontação ideológica, a erosão das utopias, a plenitude afirmativa dos mercados, a secessão de Estados, os fundamentalismos, tendem a levar a uma fragmentada e descentralizada reafirmação do realismo político, ou seja, a um muito generalizado agir estratégico com foco no primado dos conflitos de interesses locais, nacionais, regionais e transnacionais, e muito corrosivo dos valores universais de justiça e solidariedade.

Em síntese, no plano universal, o mundo de hoje convida a uma leitura hobbesiana-maquiviavélica da realidade universal. Com efeito, são consideráveis as dificuldades que enfrentam as instituições do multilateralismo para conter os unilateralismos, governamentais e não governamentais, com as suas inevitáveis assimetrias de poder, na qualificação de fatos e situações – as estratégico-militares, as econômico-financeiras e as axiológicas. A dissolução das polaridades definidas não levou, como alguns imaginavam no início da década de 90, a uma «paz perpétua» kantiana e os problemas da paz e da segurança – sempre a situação limite da vida internacional – são indicativas do déficit de governança, que caracteriza, por exemplo, a ONU como um *tertius inter partes*, de vocação universal, que juridicamente tem como um dos seus objetivos a domesticação da «política de poder».

A União Européia e o Mercosul, em contraste com o cenário mundial acima esboçado, são construções *grocianas*. Lidam com o conflito e a cooperação na moldura do Direito e da Diplomacia, lastreados no potencial de sociabilidade e solidariedade que vem sendo desenvolvido entre os seus membros no correr do tempo. Tem como base fazer não apenas a melhor política mas também a melhor economia de suas geografias, no contexto de valores comuns de inspiração democrática, voltados para a construção da paz e para a promoção do desenvolvimento nas suas respectivas regiões. É isto que vem sustentando a agenda da integração econômica e a efetiva transformação das fronteiras, de clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação.

Construções *grocianas* como a União Européia e o Mercosul não estão à vontade e em casa num mundo hobbesiano-maquiviavélico. Por isso, diminuir a prevalência deste mundo na vida internacional é um objetivo comum, que transita por um revigoramento do multilateralismo e pelo favorecimento da multipolaridade. Um dos caminhos fundamentais desta linha de ação passa pela cooperação entre regionalismos afins – como é o caso da União Européia e do Mercosul –, cooperação esta que deve ser encarada, na sua dimensão mais abrangente, como *building blocs* em direção a um mundo *grociano*. Esta cooperação, para adquirir a consistência de *building blocs* requer, num mundo globalizado, densidade econômica. Daí a importância de um exame dos interesses concretos, que facilitam ou dificultam, de maneira equilibrada, este adensamento, no quadro geral de uma visão de futuro de um sistema internacional que se deseja construir. Em outras palavras, é preciso inserir a «barganha» dos interesses específicos no âmbito da «argumentação» relativa à promoção dos interesses comuns, voltados para um mundo mais compatível e mais favorável ao futuro da União Européia e do Mercosul e de seus parceiros regionais. É isto que está em jogo nas negociações entre a União Européia e o Mercosul, cujas dificuldades e assimetrias ninguém desconhece. O meu objetivo, nesta intervenção de abertura – redigida com a liberdade da condição acadêmica e sem o peso das responsabilidades públicas ou dos encargos empresariais – é o de contribuir para o seu encaminhamento positivo, na expectativa de que, na lição de Teillard de Chardin, a elevação no plano da reflexão contribua para a convergência.

Celso Lafer